

---

MARIA DE LOURDES PINTASILGO

Presidente da Comissão Independente das Populações  
e Qualidade de Vida

Presidente do 'Comité des Sages' sobre os Direitos Cívicos  
e Sociais na Europa

## As mulheres, a cidadania e a sociedade activa

---

15

*Partindo de uma reflexão em torno do conteúdo e da necessidade imperativa do reforço da cidadania na Europa e do contributo das mulheres nesse processo, a autora aponta um conjunto de transformações sociais e políticas indispensáveis. Dentre essas transformações destaca-se uma nova concepção do trabalho, mais abrangente, que possa informar os princípios fundamentais do que chama a sociedade activa, uma sociedade na qual são reconhecidas quer as múltiplas esferas de actividade —*

*mercantil e não-mercantil — em que as pessoas estão envolvidas, quer a interdependência que existe entre elas. Para que tal seja possível é necessário encontrar novos modos de compatibilizar a vida familiar e profissional de mulheres e homens, definir novos padrões de emprego, inflectir radicalmente as orientações do ensino e alterar padrões de produção e de consumo. Tarefas impossíveis se não se firmar um novo contrato social baseado num novo contrato sexual.*

**A** pós ter dado um título muito cinzento a esta comunicação, olhei para as minhas estantes e encontrei aquele que poderia ter sido o título adequado para a abordagem despretenhosa e nada sistemática que aqui me proponho trazer. Trata-se do título de um livro da psicanalista Marie Moscovici — *Something Has Happened* («Algo Aconteceu»). Com efeito, concordo com a autora quando esta explica a expressão em causa: «discernir algo que há num certo movimento, num certo gesto, numa certa deslocação de ênfase e de sentido, que está na base da vida do espírito. O que está em jogo então é não só adjectivar e descrever um acontecimento, como também apresentar o questionamento intelectual por ele provocado».

Esta consciência de que «algo aconteceu» é, pois, o subtexto destas minhas reflexões. Mas o que é, então, este algo que aconteceu?

### Introdução

## 1. O con- gresso visto pelos olhos de uma mulher

16

O primeiro acontecimento a assinalar é o *reconhecimento público* — e o possível contributo, no espaço da União Europeia — dos «*estudos sobre as mulheres*» ou «*estudos feministas*».

Quando os estudos sobre as mulheres surgiram nos Estados Unidos, logo fizeram notar a invisibilidade das mulheres na vida social e a ligação deste facto com a ausência de mulheres na área da investigação académica. A voz das mulheres, quando ouvida, mais não fazia do que reforçar o discurso dominante. Os estudos sobre as mulheres propuseram-se adoptar novas metodologias, abrir novos caminhos e formular novas propostas em diferentes campos do conhecimento.

No espaço europeu, os estudos sobre as mulheres podem muito bem ser o tal «algo que aconteceu», desde que, mantendo-se fiéis à sua perspectiva inicial, continuem a promover a ligação estreita entre reflexão e acção. Além disso, eles perfilam-se como o caso mais óbvio de confirmação da intuição de Schrödinger, o qual, contrariamente a alguns dos físicos do seu tempo (e até mesmo de hoje), pôs em questão a objectividade pura ao afirmar que «em toda a observação de um objecto, o sujeito está também implicado no próprio acto de observar».

O tema que nos faz reunir neste congresso não pode, por isso, ignorar, por um lado as condições concretas do objecto, nomeadamente *o conteúdo e a necessidade imperativa do reforço da cidadania na Europa*, e por outro lado a posição do sujeito, nomeadamente das mulheres, nos múltiplos «interfaces» tão sugestivamente referidos pelo próprio título do congresso: laços que vão mudando, fronteiras que se deslocam, e que *conduzem a uma mobilidade* que se manifesta das formas mais diversas e inusitadas.

Temos perante nós, por conseguinte, duas linhas de pensamento bem definidas, duas novas realidades. E pessoalmente defendo que a interacção das duas abre uma janela de oportunidades para toda uma mudança que afecta simultaneamente a União Europeia e as mulheres. Existe uma sinergia que me leva a acreditar que, na construção da Europa enquanto sociedade politicamente organizada, as mulheres podem contribuir para acelerar o processo com todo o dinamismo que os acontecimentos recentes manifestamente exigem.

A questão central passa então a ser a de descobrir onde estão os pontos de entrada, as aberturas da construção

Europeia, e de inventar os meios que aí permitam a inserção dos novos esquemas conceptuais trazidos pelas mulheres.

Saliento de novo que não se trata de um processo de descobertas paralelas. Se, como diz Doris Lessing no seu *The Golden Notebook*, «é possível medir o mundo através da descrição da vida de uma mulher», estou então em crer que a análise das vidas de mulheres pode, na verdade, tornar-se numa fonte de novas medidas do mundo e para o mundo, de novas medidas para a reforma da União Europeia.

O que proponho é toda uma nova abordagem a imprimir aos nossos estudos e investigação. Partilho da posição teórica que Lou Andreas-Salome já há muito expôs claramente na sua *Carta aberta a Freud*:

O questionamento teórico é aquele que resulta do trabalho, do curso de uma vida humana e que, quando tem peso na sociedade, é causa de mudança e de dinâmica noutras vidas humanas.

17

Assiste-se actualmente na Europa a uma luta feroz visando o alargamento do conceito de cidadania como condição para uma União *verdadeiramente democrática* e dimensão indispensável de uma União Europeia dotada de um verdadeiro estatuto de *entidade política*.

O Parlamento Europeu e a Comissão Europeia envidaram grandes esforços no sentido de incluir os direitos cívicos e sociais na revisão do Tratado de Maastricht. A ideia era formar o embrião de uma Carta de Direitos — «Bill of Rights» — a ser posteriormente alvo de discussão, de análise minuciosa e de decisão por todos os europeus. Mas a Cimeira de Amesterdão, que incluiu no Tratado a Carta Social Europeia e o Protocolo Social e alargou o acordo de Schengen a doze Estados-membros, constituiu apenas um pequeno passo deste processo.

Mas que longe que isto estava de tudo quanto ouvi em tantos congressos nacionais levados a cabo por iniciativa de organizações não governamentais, de sindicatos, de académicos, em treze dos quinze Estados-membros! Aí, encontrei uma forte vontade de ultrapassar barreiras e de construir uma União Europeia capaz de, através da sua unidade política, ajudar a *libertar o mundo da tendência unipolar* que tem vindo a aumentar desde o fim da Guerra Fria. De acordo com a opinião destes milhares de europeus e de ONGs que me foi dado escutar, somente uma União assim poderia ajudar a

## 2. A cidadania das mulheres na Europa — uma nova via

construir um *mundo multipolar*, moldado pela diversidade de culturas e civilizações.

Assim, os pequenos passos dados em Amesterdão não alteraram o perfil da cidadania europeia, que consiste nos seguintes aspectos: liberdade de circulação; direito de voto para o Parlamento Europeu; direito de voto para os órgãos do poder local após cinco anos de residência num determinado município fora do país de origem; garantia de protecção por parte da Embaixada de qualquer Estado-membro quando em território de um país terceiro.

Como faz notar Habermas, «o passaporte europeu não está ainda associado aos direitos que constituem a cidadania democrática». De facto, vejo-o mais como um símbolo daquilo que deveria ser e ainda não é, do que como sinal daquilo que já existe. É por isto que a *exigência mais premente* dos povos europeus são os *direitos cívicos e sociais* que dão forma a uma verdadeira cidadania democrática.

Há três semanas, a Fundação dos Cientistas Sociais da Europa, reunida em Amsterdão, afirmou com toda a veemência: «uma União cuja cidadania não englobe os direitos sociais não pode ter o nosso apoio». Foram então produzidos conceitos que superam a falácia da mera «quantidade», a qual caracterizou as políticas das décadas anteriores. É um facto que é necessária *uma massa crítica* em prol de todos os que se encontram privados dos seus direitos básicos, pois só essa massa crítica será capaz de desencadear a qualidade de vida que, como seres humanos, merecem.

Ao mesmo tempo, há na escala dos valores e dos objectivos humanos um domínio da qualidade sobre a quantidade. O objectivo de introduzir os direitos sociais nos Tratados da União Europeia visa elevar o social, fazendo com que este deixe de ser uma mera correcção ou simples ajustamento das contingências da economia para ascender ao nível que deve ocupar: o de uma categoria de pensamento, de políticas e de acção vinculada à vida e ao direito que todos têm a levar uma vida digna de ser vivida.

Não me refiro apenas ao número imenso dos que vivem em condições de carência extrema, aos desempregados, aos sem abrigo. Estou também a pensar nas necessidades não supridas dos trabalhadores manuais sobre-ocupados e dos seus superiores, nos jovens sem horizontes, nos velhos postos de parte sem quaisquer contemplações, na impossível dupla tarefa da geração de mulheres entre os 25 e os 45 anos, que sai da fase de cuidar dos filhos para ter de se

haver com uma vida dedicada aos cuidados a prestar aos familiares mais idosos. Os direitos dos cidadãos são necessários, para que milhões de europeus possam encarar as suas vidas com dignidade, esperança e alegria de viver. Mas o velho conceito de direitos era abstracto, além de que pressupunha como seu sujeito uma pessoa do sexo masculino, que o mesmo é dizer, um homem obviamente branco, saudável, e capaz de se defender em todas as situações.

Na Europa, no decurso dos últimos anos, as nossas sociedades têm vindo a descobrir que a sua composição é diversificada e que todo o ser humano é, simultaneamente, *um sujeito de direitos e de vulnerabilidades*. Quanto mais vulneráveis somos, mais os nossos direitos têm de ser salvaguardados. É ao Estado que compete garantir que haja protecção, promoção e salvaguarda da pessoa, independentemente de quem sejam os agentes envolvidos, as sociedades ou as tradições culturais em causa. A este respeito, não se pode permitir que a cidadania na União Europeia sofra atrasos.

E as mulheres?

Entendida no sentido muito limitado em que aparece referida nos Tratados, a cidadania não parece, à primeira vista, passível de qualquer distinção entre cidadania dos homens e das mulheres. Não necessito de me alongar sobre este aspecto, tão conhecidas são as discriminações a que as mulheres estão sujeitas (com as consabidas excepções dos países nórdicos). Dados os limitados poderes do Parlamento Europeu, o número de mulheres que ali têm assento não altera em muito esta análise.

E quanto aos outros direitos? Alimentação, educação, saúde, habitação, protecção social, um bom ambiente? Aqui deparamo-nos com uma situação paradoxal. Estes direitos (antes não encarados como direitos) e a sua salvaguarda têm sido considerados, ao longo dos tempos, como *deveres* a cargo das mulheres.

Estará isto ultrapassado? De modo algum. Se é possível, hoje em dia, uma reunião do Conselho Europeu revelar-se incapaz de se mobilizar no sentido da inclusão de direitos sociais nos Tratados (aceitando assim a imposição de um Estado-membro), tal deve-se ao facto de o *contrato social* assentar ainda no *contrato sexual implícito* segundo o qual todas as tarefas necessárias ao exercício de tais direitos são realizadas por mulheres.

Estarei com isto eu a colocar as mulheres no papel de vítimas?

### 3. A mobilidade social e económica das mulheres

*Sim*, na medida em que a situação descrita constitui o pesado fardo suportado pela maior parte das mulheres.

*Não*, se me dispuser a olhar para o futuro.

O que aqui desejo também sublinhar é o reconhecimento implícito de que as mulheres têm *uma aptidão* para exercerem, no futuro, *uma cidadania múltipla* e para serem, hoje, *as principais activistas* em prol de uma cidadania capaz de abranger a totalidade dos direitos humanos. Esta aptidão é fruto da sua história enquanto grupo social. Aí podemos encontrar as forças impulsionadoras da sua mobilidade económica, social e cultural e o significado de que se revestem para o tão necessário salto quântico em direcção a uma verdadeira cidadania de todos quantos habitam o território europeu.

Algo aconteceu, disse eu no princípio. Mas outra coisa muito importante aconteceu: a *mobilidade económica e social* das mulheres constitui um dos acontecimentos mais importantes do século XX, tendo dado origem a um verdadeiro *terramoto cultural no contrato social*.

Muito embora as mulheres tenham começado a integrar a força de trabalho no início do processo de industrialização, é na segunda metade deste século que a sua presença a pouco e pouco se faz sentir no mercado do trabalho. Hoje em dia, são vários os estados-membros da União Europeia em que elas representam quase metade da força de trabalho (no meu próprio país, por exemplo, essa percentagem ascende a 48%).

O aumento do trabalho remunerado realizado por mulheres é um facto que, ao conduzir à sua independência económica, *acarreta mudanças radicais noutras esferas da sociedade*. Veja-se, por exemplo, a contracção — ou não — do matrimónio, a idade em que este ocorre, o constituir família e o próprio conceito que dela se tem, o número de filhos e o espaçamento dos nascimentos, a crescente necessidade de equipamentos colectivos capazes de substituir muitas das tarefas anteriormente desempenhadas pelas mulheres em casa. Tudo isto se dá num curto espaço de tempo, não podendo ser reduzido a questões éticas nem atribuído exclusivamente ao efeito de eventuais factores demográficos.

Olhando para o terramoto que abalou o contrato social, uma das primeiras questões sobre que temos que nos debruçar é a da *redefinição do trabalho*. Trata-se de uma redefinição que passa pelo próprio conteúdo do trabalho: é necessário fugir às equações binárias dos primórdios da industrializa-

ção, principalmente aquela que esteve na origem da Guerra Fria — capital/trabalho. Não foi deste lado que o muro de Berlim caiu.

Hoje em dia, a produção aparece envolvida pela informação e pela tecnologia, pela terciarização de todos os processos, pelo «marketing» e por uma publicidade sufocante. Num tal contexto, torna-se absurdo — além de cientificamente errado e eticamente inaceitável — que, de cada vez que uma empresa se defronta com dificuldades económicas, o elemento *trabalho* seja o único a ser penalizado.

A presença de mulheres na vida económica não se pode traduzir unicamente no aumento quantitativo da participação nas manifestações de rua. Cabe às mulheres, como grupo, chamar a atenção para os novos factores dos esquemas de produção e criar as alternativas necessárias. Além disso, o trabalho tem de ser encarado, *na prática* (à semelhança do que já sucede na investigação) como um *continuum*, um amplo leque de actividades que vão desde o trabalho não-remunerado até ao tradicional emprego a tempo inteiro. Ele cobre todas as actividades geradoras de benefícios, tanto para o indivíduo como para sociedade. No entanto, para pensar o trabalho deste modo, há primeiro que entrar na *sociedade activa*. E para tal, são necessários alguns ingredientes básicos:

- vias que permitam ao indivíduo aceder a diferentes formas de trabalho sem com isso perder um rendimento mínimo;
- a transformação dessas vias em «mercados de trabalho transitórios» (assim definidos por Günter Schmidt, do Instituto Max Planck de Berlim);
- o inventário das tarefas realizadas de maneira invisível na sociedade (como por exemplo a assistência aos idosos);
- a substituição do subsídio de desemprego por subsídios pró-activos em áreas em que escasseia o trabalho;
- a inflexão no ensino e o fim da hiper-especialização, objectivos a conseguir através da concentração na aprendizagem de «capacidades e talentos transferíveis» e numa aprendizagem adequada aos diferentes períodos do ciclo da vida;
- o abandono da sequência aprendizagem-emprego-reforma em favor de uma perspectiva de vida caracterizada por mais dinamismo, mais criatividade e mais prazer.

Estamos, pois, no âmago da *coesão social*, considerada quer no seio da sociedade de cada estado-membro, quer *entre* as sociedades de todos os Estados-membros, ou seja, ao nível da própria União Europeia.

A *segurança colectiva ao nível social* é um trabalho de investigação e de acção política que estamos muito longe de haver concluído. E, no entanto, um dos comentários que nos merece o louvor tecido pelo Presidente Clinton à «economia global» é a afirmação veemente de que necessitamos de mecanismos globais para gerir a economia global. Na base da perspectiva que se impõe ter neste momento está a necessidade de elevar a segurança económica e social mundial para um nível que seja pelo menos igual ao da segurança militar e territorial (tornando o Conselho de Segurança capaz de enfrentar as enormes ameaças à paz que se verificam em tantas regiões do mundo).

A coesão social deverá figurar em lugar proeminente na agenda das mulheres. Isto não só foi sendo afirmado, se bem que por outras palavras, nas conferências das Nações Unidas durante a primeira metade da década de 90, como também nos é exigido na nossa própria região pelos números assombrosos atingidos pelas muitas formas de pobreza e de miséria absoluta. Por todas as grandes cidades da Europa ouço referências aos sem-emprego e sem-abrigo, obrigados a dormir nas ruas. Há que repetir os números alto e bom som, para que todos se sintam compelidos a fazer face a este desafio. 17% de pobres da União Europeia, a que não escapa nenhum país: 6% na Dinamarca, 11% na Alemanha, 17% em França e — digo-o com vergonha e indignação — 25% no meu próprio país, assim como no Reino Unido.

Tais números são *inaceitáveis*. Eles não são, contudo, da exclusiva responsabilidade dos políticos. São resultado da economia global e da indiferença e incúria de todos quantos deveriam reivindicar activamente a sua própria capacidade para assumir uma cidadania plena e uma parceria social responsável em todas as questões que afectem os direitos cívicos e sociais básicos das pessoas. É altura de os europeus se mobilizarem contra esta violação flagrante dos direitos humanos.

#### 4. Mobilidade cultural

Pela sua mobilidade económica e pela dupla tarefa que têm de desempenhar, as mulheres da União Europeia defrontam-se com a interacção dialética (causa de sofrimento e de



soluções difíceis) entre, por um lado o que é imediato e urgente — a doença de um familiar, ou a necessidade de cuidar de um filho, que é um momento que pode nunca mais voltar — e por outro lado a visão, o plano, ou o sonho em vista para a área ou instituição em que trabalham. Assim, elas carregam consigo, na sua experiência ímpar, a contradição viva entre o curto-prazo e o longo-prazo, que é um dos problemas mais difíceis, se não o mais difícil, que se coloca à gestão governativa no nosso tempo.

É impossível enfrentar os problemas de hoje sem uma visão de longo-prazo, exigida pela mudança civilizacional com que entramos no terceiro milénio. Isto é especialmente verdade no que se refere à tomada de decisões de curto-prazo relativas à União Europeia. As decisões políticas dizem respeito à gestão do curto-prazo. E na União Europeia o curto-prazo é, efectivamente, muito curto. Dado que, em última análise, é o Conselho Europeu que tem o poder decisório, deparamo-nos, de facto, com *períodos de liderança de seis meses*. (Daí as tentativas no sentido de preparar esses períodos com antecedência ou de lhes dar a aparência exterior de exercícios de poder alargados no tempo).

Mas, na verdade, como pode um país que ocupe a presidência do Conselho Europeu, olhando para o longo-prazo e para as suas consequências (o *alargamento da União Europeia* e a *economia global*), dizer o que, sob esta perspectiva, é óbvio e clamar: «temos de mudar», «mais do mesmo não leva a nada»? O curto-prazo está condenado ao fracasso se não seguir agora e já a lógica que uma visão de longo-prazo exige.

A governação da sociedade contemporânea, e da União Europeia em particular, requer dois tipos de actores. Enquanto o curto-prazo pede a resposta imediata dos responsáveis pela tomada de decisões da esfera política, o longo-prazo pede a investigação e a inovação por parte daqueles cuja tarefa é «pensar». O equilíbrio entre estas duas dimensões está, hoje, no centro de toda a actividade política. A sua interacção recíproca dá-nos a medida da perspectiva dos dois grupos. É nestes diferentes «interfaces» dos diferentes actores em presença, a *operar em quadros temporais diferentes*, que podemos encontrar as soluções capazes de conduzir a uma equidade e justiça para todos.

Numa carta a mim dirigida, a minha colega e amiga baronesa Shirley Williams, da Câmara dos Lordes, diz muito claramente o que se impõe fazer a este respeito:

A Comissão, e em especial a Direcção Geral V, reconhecem de algum modo a importância das ONGs e das redes de investigação. Mas já o reconhecimento formal das ONGs enquanto parceiros sociais com direito a serem consultados sobre propostas de legislação social da Comunidade, e a serem chamados com vista à sua implementação, é algo que ainda não é aceite, nem pelo Conselho de Ministros, nem por algumas das direcções da Comissão. A ideia de que as ONGs e as redes de investigação devem ser consultadas em áreas-chave, tais como a política económica e monetária, é ainda encarada como algo de inaceitavelmente radical, não obstante o facto de algumas ONGs terem reivindicado o direito a serem ouvidas também nessas matérias. A verdade, porém, é que em certos Estados-membros já se começa a promover as ONGs e as redes de investigação ao estatuto de parceiros sociais. Tanto na Escandinávia como nas duas Irlandas podem encontrar-se exemplos de parcerias locais estabelecidas com vista à administração de fundos estruturais ou de fundos especiais como o da Iniciativa da Paz para a Irlanda. Precisamos de desenvolver actividades continuadas por forma a transformar as ONGs e as redes de investigação em parceiros sociais, devidamente coordenados entre si.

Não há dúvida de que o sistema tem de ser alterado a partir mesmo das suas premissas.

Torna-se agora claro, para todas as partes envolvidas, que as questões ambientais não podem ser solucionadas ao nível nacional. E, no entanto, os dirigentes da União Europeia aceitaram participar na II Cimeira da Terra sem serem capazes de, pelo menos, manter os compromissos a que se tinham obrigado na sequência da Agenda 21, no Rio de Janeiro, e mesmo antes disso, no respeitante às emissões de CO<sub>2</sub>, por ocasião da Conferência de Haia, organizada por Rocard em 1989. Neste ponto somos obrigados a reconhecer que «algo não aconteceu».

A questão do *trabalho para todos* assemelha-se à questão do ambiente. Nenhum dos nossos países pode, *sozinho*, fazer face à globalização da economia. Mas no plano regional, enquanto União Europeia, isso já é possível. Dispomos dos recursos humanos e materiais necessários: a população mais numerosa, o maior Produto Interno Bruto, o mercado mais vasto. Já foram apresentadas diferentes soluções possíveis. Basicamente, o que propõem é a *partilha do trabalho*, a *partilha do tempo*, a *partilha dos lucros*. Se um país, por muito rico que seja, o fizer sozinho, será esmagado pela competitividade. Mas se a União Europeia no seu todo der um passo corajoso nesta direcção, é provável que consiga-

mos resolver o problema e que nos mantenhamos competitivos.

Uma tal inflexão de sentido exige a capacidade de mudarmos as referências, a ousadia de passarmos de uma situação que é conhecida e familiar para uma outra de contornos ainda fluídos. Mas não é, exactamente, isso a *mobilidade cultural*? E não faz já parte, essa fluidez, da experiência das mulheres?

Sobre os problemas concretos que aqui nos ocupam, recordo as figuras da queniana Wangari Mathai, ou da indiana Vandana Shiva, que sem dúvida alguma fizeram com que as coisas evoluíssem no sentido de uma compreensão da dimensão ambiental da economia. Posição mais ousada é a da neo-zelandesa Marilyn Aitken quando põe em questão as contas oficiais nacionais, que remetem para uma total invisibilidade o trabalho não remunerado desempenhado pelas mulheres. E que dizer de Hazel Henderson, que, depois de ter sido membro da Comissão para a Avaliação da Tecnologia, do Congresso norte-americano, passou a dedicar a sua atenção a «paradigmas económicos em curso»? Houve quem ridicularizasse estas mulheres e as tratasse com complacência — a elas, e a outras que como elas pensaram, falaram e escreveram... Actualmente, são mais de trezentos os economistas de toda a Europa a apontar a importância do «factor social» da economia. Para eles, esta não se pode limitar aos indicadores financeiros, já que implica também, hoje em dia, «o crescimento, o trabalho, a protecção social, o ambiente», tudo aquilo, enfim, a que se dá o nome de factor social contido na própria economia. Na verdade, pode dizer-se que, graças ao trabalho de mulheres como estas, «algo, de facto, aconteceu»?

Estou empenhada no movimento das mulheres porque acredito que podemos fazer com que as coisas aconteçam. Por vezes não no sítio em que pretendíamos que acontecessem; muitas vezes não de imediato, mas mesmo assim ainda durante as nossas vidas.

Precisamos de «uma política de acção definida como produção de sentido da nossa vida pessoal». Poderemos exercer a cidadania plena se pusermos em movimento duas convicções. Em primeiro lugar, a convicção de que a nossa capacidade de criatividade cultural, por muito modesta que seja, se vê enriquecida pela mobilidade que nos leva a abar-

**5. Que estará,  
então, para  
acontecer  
ainda?**

car mundos sempre novos e a sermos surpreendidos por novas questões. Em segundo lugar, a convicção de que o exercício múltiplo das nossas diversas solidariedades é o melhor antídoto para o papel de espectador e mesmo para o de autor de análises académicas. O caminho encontra-se aberto para nos fazermos actores e darmos expressão a formas de empenhamento simples e modestas.

É com base em atitudes como estas que se poderá edificar a União Europeia, uma sociedade politicamente organizada cuja configuração ainda não conhecemos, mas que poderemos ajudar a moldar se nos afirmarmos como cidadãos empenhados, activos e de espírito aberto. ■

Tradução de Ângela Maria Moreira